

Continuação...

6. Caixa e equivalentes de caixa
2017 2016
Caixa fundo fixo 95 118
Banco conta movimento 3.260 2.907
Aplicações financeiras 41.285 28.897
Saldo em 31 de dezembro de 2016 44.640 31.922

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

7. Contas a receber
2017 2016
Saúde
Pacientes convênios 51.280 47.126
Pacientes SUS 10.711 13.039
Pacientes particulares 286 114
Saldo em 31 de dezembro de 2016 62.277 60.279

A provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização do contas a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como a média de inadimplência histórica.

10. Ativo Imobilizado
Terrenos Edificações Instalações Veículos Móveis e utensílios Objetos e obras sacras Equipamentos de informática Equipamentos hospitalares Máquinas e equipamentos Instrumentos Bens em comodato Imobilizado em andamento Total

11. Intangível
Sistemas de Informática Licença de Uso Sistema de Informática Marcas e Patentes Total
Custo Saldo em 1º de janeiro de 2016 415 2.650 4 3.069

13. Empréstimos e financiamentos

HSBC - IPMMI - 626639 6% a.a. 15/12/2021 9.081
HSBC Bradesco (Sede) 6% a.a. 15/12/2021 -
HSBC - IPMMI - 10650789 22% a.a. 17/01/2022 5.355

(j) Conta garantida com instituições financeiras. (ii) Refere-se a recursos adiantados associados ao convênio privado que são amortizados mensalmente com base na produção incorrida do Hospital Madre Teresa. (iii) Refere-se a aquisição de equipamento tomógrafo com saldo devido indexado em dólar norte-americano e atualizado mensalmente com a variação da moeda estrangeira em contrapartida ao resultado do exercício.

14. Obrigações sociais e trabalhistas
2017 2016
Provisão de férias e encargos sociais 14.070 13.845
Salários e ordenados a pagar 7.792 7.607
Encargos sociais 2.321 2.558

15. Outras contas a pagar
2017 2016
Contas a pagar diversas 7.014 1.618
Crédito Associação Congregação de Santa Catarina (i) 9.000 9.000

(i) Exercer-se a valores antecipados pela Associação Congregação de Santa Catarina no exercício de 2016 para compra do Centro Espiritual Santa Teresinha da Entidade, operação a qual foi concluída em 2017 e o valor adiantado liquidado. 16. Provisão para contingência: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

2017 2016
Cíveis 3.374 1.440
Trabalhistas 1.386 387

2017 Saldo Inicial Adições Utilização Estornos Saldo Final
Cíveis 1.440 4.440 - (2.434) 3.374
Trabalhistas 387 3.768 (372) (1.930) 1.586

Cíveis - Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade estava envolvida em reclamações cíveis, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R\$ 3.374 (R\$ 1.440

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA

Movimentação da provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável
Saldo em 1º de janeiro de 2017 1.665
Incremento de provisão para perdas no exercício 22
Reversão de provisão para perdas no exercício (131)
Baixa efetiva dos títulos vencidos (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 1.555

8. Subvenções governamentais: Correspondem a valores ativos e passivos, de subvenções para aquisição de ativos imobilizados e subvenções obtidas para custeio de atividades médicas de terceiros, folha de pagamento, energia elétrica, estoques e para cobertura de demais despesas necessárias ao provimento de serviços de saúde do SUS.

Ativo circulante
Subvenções a receber 26.069 46.079
Passivo
Subvenções a realizar 26.069 46.079
Compromissos por subvenções 33.595 15.397

Passivo circulante
Estoques em consignação (i) 13.984 10.975
(i) Estoques em consignação: estoque de material de órteses e próteses para cirurgias de grande porte, de propriedade de terceiros em poder da unidade, conforme contrato firmado entre o fornecedor e a unidade, e que são faturados e reconhecidos no resultado do exercício como custos e despesas mediante consumo.

12. Fornecedores
2017 2016
Saúde
Fornecedores de materiais e medicamentos (i) 10.114 8.868
Fornecedores de serviços médicos (ii) 453 3.560

Assistência social
Fornecedores assistência social 22 23
Atividade sustentável
Fornecedores atividade sustentável 256 104

(i) Insumos médico-hospitalares, como medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais. (ii) Fornecedores a pagar relacionados a honorários médicos especializados, como radiologia, laboratório, bancos de sangue, radioterapia e UTI. (iii) Serviços diversos relacionados a manutenção de ativos e sistemas, honorários especializados, como advogados, auditorias de processos e consultoria de sistemas; serviços de portaria, vigilância e limpeza, conservação e remoção de resíduos hospitalares.

2017 2016
Valor contábil Até 1 ano Acima de 1 ano Valor contábil Até 1 ano Acima de 1 ano
HSBC - IPMMI - 626639 9.081 2.250 6.831 - - -
HSBC Bradesco (Sede) - - - 9.099 - - 9.099

em 2016) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. As ações de natureza cível versam principalmente sobre erros médicos. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável, a Entidade constituiu provisão suficiente para o caso de eventual perda, não sendo esperadas perdas além dos valores já provisionados nas demonstrações financeiras.

(i) Refere-se a valores capturados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial. A exposição relativa à captura de recursos em moeda estrangeira, constituída pelo financiamento de equipamentos hospitalares em dólar, não gera efeitos significativos em caso de valorização na taxa de câmbio em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2017 2016
Caixa e equivalentes de caixa 44.640 31.922
Contas a receber 60.965 58.934
Subvenções governamentais 26.069 46.079

Recitas Operacionais - Assistência Social
Contribuições de Asilados 408 390
Subvenções e Convênios Públicos 1.820 1.690

2017 2016
Nota Valor contábil Até 1 ano 1-2 anos
Fornecedores 12 37.589 42.543 -
Empréstimos e financiamentos 13 66.255 22.424 43.831

Recitas Operacionais - Atividade Sustentável
Mensalidade de Clientes 3.945 3.782
Subvenções e Convênios Públicos 222 208

Recitas Operacionais - Atividade Sustentável
Mensalidade de Clientes 3.945 3.782
Subvenções e Convênios Públicos 222 208
Outras Recitas Operacionais 365 218

Recitas Operacionais - Trabalho Voluntário
Trabalhos voluntários 115 122
Outras recitas operacionais líquidas 456.227 427.889

21. Custos e despesas operacionais - saúde, assistência social e atividade sustentável
2017 2016
Custos e despesas operacionais - Saúde
Custo com pessoal e encargos (158.608) (154.745)

22. Remuneração da Administração: A Entidade não remunera sua Diretoria Estatutária nem seus conselheiros, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social e também como determina a Lei nº 12.101/09. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades em conformidade com o artigo 33 do Estatuto Social.

23. Outras receitas e despesas operacionais
Outras receitas e despesas operacionais - Saúde
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/ custeio 4.364 3.845
Atendimentos Gratuitos (6) (6)

24. Resultado financeiro, líquido
2017 2016
Recitas financeiras - Saúde
Rendimento de aplicações financeiras 1.865 8.49
Descontos obtidos 4.263 3.332

Recitas financeiras - Assistência Social
Tarifas bancárias, juros e descontos 3 3
Recitas financeiras - Atividade Sustentável
Tarifas bancárias, juros e descontos 18 22

Despesas financeiras - Saúde
Juros passivos (14.900) (13.004)
Descontos financeiros (46) (29)
Tarifas bancárias (679) (375)

Despesas financeiras - Assistência Social
Juros passivos - (2)
Tarifas bancárias (6) (5)

Despesas financeiras - Atividade Sustentável
Descontos financeiros (91) (109)
Juros passivos (2) (7)
Tarifas bancárias (20) (22)

25. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, subvenções governamentais e outras contas a receber.

2017 2016
Caixa e equivalentes de caixa 44.640 31.922
Contas a receber 60.965 58.934
Subvenções governamentais 26.069 46.079

Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa.

2017 2016
Caixa e equivalentes de caixa 44.640 31.922
Contas a receber 60.965 58.934
Subvenções governamentais 26.069 46.079

Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa.

2017 2016
Caixa e equivalentes de caixa 44.640 31.922
Contas a receber 60.965 58.934
Subvenções governamentais 26.069 46.079

Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa.

2017 2016
Nota Valor contábil Até 1 ano 1-2 anos
Fornecedores 12 42.543 42.543 -
Empréstimos e financiamentos 13 89.904 24.355 65.549

g. Política de gestão de riscos - A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA			
PARECER DO CONSELHO FISCAL			
seguintes grupos: receitas operacionais e custos e despesas operacionais. Segue quadro com os valores contabilizados, por tipo de atividade, no exercício de 2017:		de 2013 e por fim alterada pela Portaria nº 834 de 26 de abril de 2016, o número total de atendimentos no exercício está assim representado:	
	2017	2016	
	Receita	Custo	
Saúde - R\$	115	(115)	
	122	(122)	
27. Gratuidades concedidas: Assistência social - A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, possui serviço socioassistencial de alta complexidade inscrito no município de São José dos Campos, cuja filial apresenta anualmente ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: relatório de atividades e plano de ação. Segue abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):			
	2017	2016	
Total de usuários	69	76	
Saúde - A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS composto por: internações medidas em paciente dia, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) em 60%, fixado pelo art. 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010, alterado em parte pelo Decreto 7.300 de 14 de setembro de 2010, Portaria 834 de 26 de abril de 2016, Lei 12.868 de 15 de outubro			
	2017	2016	
Diário paciente dia	179.224	167.882	
Atendimentos SUS	106.617	113.958	
Não SUS			
Atendimentos ambulatoriais			
Atendimento SUS	112.754	108.550	
Não SUS	166.413	85.464	
Resumo geral SUS			
Participação pacientes dia	62,70%	60,73%	
Ambulatório - Lei 12.101/2009 e Art. 32 da Portaria 834/2016	10,00%	1,0%	
Ações Prioritárias - Lei 12.101/2009 e Art. 33 da Portaria 834/2016	4,5%	4,5%	
Percentual de atendimento SUS	77,20%	75,23%	
O percentual conclusivo obtido no atendimento ao SUS no exercício de 2017 foi de 77,20% (75,23% em 2016), atendimento superior ao requerido mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação. Certificação de			
PARECER DO CONSELHO FISCAL			
O Conselho Fiscal do INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação da documentação contábil relativa ao período de Janeiro a Dezembro do ano de 2017 efetuando a análise da Prestação de Contas da Diretoria inerente às atividades de natureza econômica e financeira, elaborou o presente relatório, com a missão do PARECER, a ser submetido à Assembleia Geral. RELATÓRIO - 1 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL - A documentação contábil nos foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de receitas e despesas,			
bem como dos respectivos balancetes, livros Diário e Razão, e extratos bancários. Na análise dos documentos não encontramos qualquer irregularidade, posto que estão em conformidade com os registros contábeis, não havendo nenhuma ressalva a ser feita. 2 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA MENSAL - 2017 - Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito à apuração dos lançamentos, mês a mês, estando todos em perfeita ordem. 3 - PARECER - Com base no acima exposto, este Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral a APROVAÇÃO do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis			
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras			
findo em 31 de dezembro de 2017. Em relação aos assuntos b) e c), se a Entidade tivesse efetuado a revisão da vida útil e o teste do valor recuperável dos ativos, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. 3. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 apresenta os saldos de estoques (R\$ 20.741 mil), no ativo circulante, e estoques em consignação (R\$ 13.984 mil), no passivo circulante, e na demonstração do resultado os saldos de receita operacional líquida (R\$ 456.227 mil) e custo dos serviços prestados (R\$ 457.444 mil). Até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Entidade não nos havia disponibilizado a totalidade das reconciliações e documentações solicitadas sobre os referidos saldos. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação às referidas rubricas, assim como nos demais elementos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. 4. O valor de receita líquida de prestação de serviços de saúde apresentado na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 449.353 mil) inclui o montante de R\$ 11.612 mil que, de acordo com a prática contábil da Entidade, deveria estar classificado na conta de outras receitas e despesas operacionais. Da mesma forma, o valor de outras receitas e despesas operacionais (R\$ 10.532 mil) inclui o montante de R\$ 13.709 mil que, por sua natureza, deveria estar classificado na conta de custos e despesas operacionais. 5. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 20 e 21, a Entidade registrou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, receita operacional líquida de R\$ 456.227 mil e custo dos serviços prestados de R\$ 457.444 mil. A Entidade registrou as receitas de prestação de serviços no momento da aprovação dos atendimentos e emissão do faturamento aos clientes públicos e privados. Da mesma forma, a Entidade registrou os custos dos serviços prestados no recebimento dos documentos fiscais relacionados. Se a Entidade tivesse reconhecido as receitas e os custos de acordo com suas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3, certos elementos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. 6. Não foram fornecidas pela Entidade até a data de conclusão dos nossos trabalhos as memórias de cálculo que suportam os valores apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos valores apresentados na referida demonstração. Adicionalmente, a apresentação			
do INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA, relativos ao exercício social de 2017, posto que representam adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da Entidade. São José dos Campos, 24 de abril de 2018. Irmã Adriana Aparecida Honório dos Santos - Conselheira Irmã Alessandra Nogueira da Silva - Conselheira Irmã Fabiana Rizzi - Conselheira			
da Demonstração dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não segue as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) e portanto representa uma divergência em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo: Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 31 de março de 2017. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Entidade de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. São José dos Campos, 10 de julho de 2018 KPMG Auditores Independentes - CRC SP-028568/R Moacyr Humberto Piacenti - Contador CRC 1SP204757/O-9			

PRECISANDO DE UM LUGAR PARA OS SEUS EVENTOS?

Octavio Café tem 13 espaços para receber seu evento. Cinco são na unidade da FARIA LIMA e outros 8 no CENESP.

Surpreenda seus convidados.

OCTAVIO

— EST. 1890 —

/octaviocafe
 @octaviocafe
www.octaviocafe.com.br

Serviço de Atendimento ao Assinante

- Alterações cadastrais
- Dúvidas e sugestões
- Solicitação de exemplares
- Informações sobre sua assinatura
- Orientações de acesso ao DCI online

Entre em contato com nosso serviço de atendimento: De segunda à sexta-feira das 8h às 18h.

(11) 5095-5335

São Paulo e Grande SP